# **Universidade de São Paulo**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Prof. Rodrigo Goyena Soares

e-mail: [rodrigo.goyenasoares@usp.br](mailto:rodrigo.goyenasoares@usp.br)

2º semestre 2021 – FLH0647

# **História Econômica do Brasil Império**

**Unidade III – As reformas da década de 1870 e a crise econômica do Império**

1. A crise econômica da abolição e a Proclamação da República
   * SCHULZ, John. The Financial Crisis of Abolition. Capítulos 4 e 5: Coffee Planters / Abolition. New Haven and London: Yale University Press, 2008.
2. Prova final e entrega dos fichamentos (até 17/12)

**I] O movimento abolicionista e a crise econômica da abolição**

* 1878: Cansanção de Sinimbu nomeado chefe do gabinete.
  + Gradualismo emancipatório (liberais moderados) vs. abolição (liberais radicais).
    - Joaquim Nabuco propõe data limite de 1890.
      * Câmara rejeita, mas Nabuco lança projeto abolicionista:
        + No Brasil:

Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

Associação Central Emancipadora.

1883: Confederação Abolicionista.

* + - * + No exterior:

1880: viagem à Europa.

Contatos com o Foreign Society for the Abolition of Slavery.

* Forte mobilização abolicionista na década de 1880.
  + Formação de primeiro movimento de opinião pública no Brasil
    - Mundo rural:
      * Queimadas de Campos (canaviais): RJ.
      * Movimento dos Caifazes: SP (rapto de escravos, para libertá-los em Santos).
    - Mundo urbano:
      * Jornais, poetas e advogados.
      * Formação de quilombos.
* Condução da emancipação no Brasil:
  + 1881: imposto sobre o comércio interprovincial de escravos.
  + 1884: Ceará declara-se livre da escravidão.
    - Anos antes, havia-se decidido não mais embarcar escravos para os portos do Sudeste.
  + 1885: Amazonas junta-se ao Ceará.
    - Cresce pressão abolicionista nas províncias onde a economia estava ligada à escravidão.
      * No Nordeste: BA/MA/PE.
        + No Sudeste: MG/RJ/SP.
* Resposta do Império:
  + Projeto de Souza Dantas sobre alforria dos sexagenários.
    - Câmara rechaça o projeto de Souza Dantas.
  + Dom Pedro II nomeia outro liberal, José Antônio Saraiva, que consegue aprovar projeto de Souza Dantas com acréscimo de letra de lei que incluía cláusula indenizatória para os proprietários de escravos alforriados.
  + Câmara aceita projeto de Saraiva, mais Senado era conservador!
    - Para aprovar a Lei dos Sexagenários, Saraiva entregou a presidência do Conselho de Ministros ao Barão de Cotegipe (conservador):
      * Era moeda de troca para somar os votos do Senado que faltavam para aprovar a Lei.
        + 28 de setembro de 1885: edição da Lei dos Sexagenários // Lei Saraiva-Cotegipe.
  + João Alfredo substitui o Barão de Cotegipe (escravocrata): embora fosse conservador, a abolição era agora questão de dias.
    - Abolição sem indenização.
    - 13 de maio de 1888: Lei Áurea.
      * Mera constatação dos fatos.

Gráfico 1: Saldo da carteira hipotecária rural do Banco do Brasil em contos de réis (1874-1888)

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil (1874-1888) e Relatórios do Ministério da Fazenda (1874-1888)

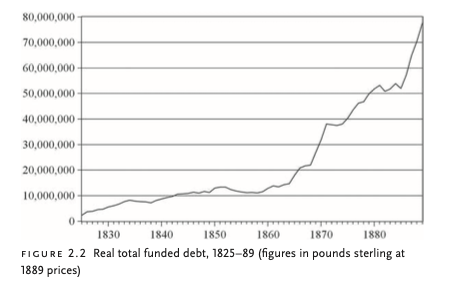


Gráfico 2: Evolução dos ativos do Banco do Brasil em contos de réis, 1860-1890

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (1860-1890); Almanak Laemmert (1860-1890); Jornal do Comércio.

Gráfico 2: Evolução do capital produtivo exportado e do capital financeiro bancário, no Rio de Janeiro e em São Paulo, em contos de réis (1860-1889)

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (1850 a 1890) e *Jornal do Comércio* (retrospectos comerciais 1860 a 1890). Para o valor do capital bancário do Rio de Janeiro, ver: SUMMERHILL, William R. Inglorious Revolution. Political Institutions, Sovereign Debt, and Financial Underdevelopment in Imperial Brazil. New Haven and London: Yale University Press, 2015; para o capital bancário de São Paulo, ver: HANLEY, Anne G. Native Capital: Financial Institutions and Economic Development in São Paulo, Brazil, 1850-1920. Stanford: Stanford University Press, 2005. As indicações referentes ao capital produtivo representam o valor das mercadorias exportadas pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos.

